

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA CINCO

UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180.189

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-189/0009/26 – 90017/26

Processo Administrativo nº 20260412284 / SEI Nº 057.00120541/2026-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **CPAM5-00X/120/26**,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA
PÚBLICA, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO
PAULO, ATRAVÉS DA UNIDADE GESTORA
EXECUTORA 180189 – COMANDO DE POLICIAMENTO
DE ÁREA METROPOLITANA CINCO (CPA/M-5), CNPJ
04.198.514/0081-39 E A (O)_____.

O Estado de São Paulo, por intermédio da **Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar do Estado de São Paulo**, através da **Unidade Gestora Executora 180.189 do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Cinco (CPA/M-5)**, com sede na **Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 4082 – Butantã – São Paulo/SP**, inscrita no **CNPJ sob o nº 04.198.514/0081-39**, neste ato representada pelo Senhor **Coronel PM ANDRE FRISENE**, nomeado conforme as publicações do Caderno Executivo do Diário Oficial do Estado, volume 136: edição nº 62, de 31 de março de 2026, portador da **identificação funcional 950.760-4, inscrito no CPF sob o nº 159.XXX.XXX-06**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº 90017/26, Pregão Pr 189/0009/26**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *empresa especializada para execução de reforma do telhado e do forro*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, bem como do **Termo de Referência**, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	CATBEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Obras civis – pequenas obras / pintura em geral	1627	13445	UNIDADE	1	R\$ 99.996,48	R\$ 99.996,48

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O *Termo de Referência*;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de ***empreitada por preço global***.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias corridos, **contados da assinatura da Ordem de Execução de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no *Termo de Referência*, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*
- 5.2. *No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*
- 5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*
- 5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. *O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência**, que constitui parte integrante deste Contrato.*

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.*
- 7.1.1. **O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU referenciais, elaboradas com base no Boletim Referencial de Custos, data-base: NOV/25, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.**
- 7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **índice nacional da construção civil**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*
- 7.2.1. *Para a aplicação do índice de reajuste especificado nesta disposição, será utilizada a seguinte fórmula:*
- 7.2.1.2. **Saldo devedor x taxa mensal do INCC + saldo devedor = Valor atualizado.**
- 7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*
- 7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*
- 7.4.1. *Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*

- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no ***Termo de Referência***;
- 8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no ***Termo de Referência***;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01(um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **01 (um mês)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. *Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:*

a) *"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*

8.1.17. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*

8.1.18. *Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;*

8.1.19. *Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;*

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do **Termo de Referência**, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. ***Manter seus profissionais nos horários predeterminados na documentação que integra este Contrato;***
- 9.1.24. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.1.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;
- 9.1.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.1.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.1.28. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 9.1.29. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.30. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
- 9.1.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.1.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no **Termo de Referência**, em plena validade;

9.1.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.34. ***Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;***

9.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.37. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no **Termo de Referência**, conforme o caso;

9.1.38. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.39. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.40.2.1. *resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;*

9.1.40.2.2. *resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;*

9.1.40.2.3. *resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;*

9.1.40.2.4. *resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;*

9.1.40.3. *Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;*

9.1.40.4. *Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;*

9.1.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.42. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no **Termo de Referência** e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.43. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.43.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.43.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.43.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do **Termo de Referência**;

9.1.45. *Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: “habite-se”, licenças ambientais, alvarás, etc.);*

9.1.46. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

A multa será calculada em conformidade com a Resolução SSP-05/20026, a qual o que integra este instrumento e, aplicada após regular processo administrativo.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 180189*
- II. Fonte de Recursos: 150010001*
- III. Programa de Trabalho:*
- IV. Elemento de Despesa: 339039*
- V. Plano Interno:*
- VI. Nota de Empenho: 2026NEXXX*

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial

na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **02 (duas) vias**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado digitalmente para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Prestação de serviços de manutenção de primeiro escalão no Pavilhão que abriga a Seção de PJMD, Seção de Pessoal (P/1) e Seção de Comunicação Pessoal (P/5) do Décimo Sexto Batalhão de Polícia Militar Metropolitana Cinco (16°BPM/M), em estrita conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis, em especial as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ITEM	REFERÊNCIA	FONTE	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MATERIAL	VALOR TOTAL MATERIAL	VALOR UNITÁRIO MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL MÃO DE OBRA	TOTAL GERAL
1 Demolições e remoções										
1.1	03.08.040	CDHU	Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tarugamento	m²	180					
1.2	04.03.040	CDHU	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	m²	220					
Subtotal (A).....										
2 Telhado e forro										
2.1	15.01.330	CDHU	Estrutura em terças para telhas perfil trapezoidal	m²	220					
2.2	16.13.130	CDHU	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, tipo sanduíche, espessura de 0,50mm, com poliestireno expandido	m²	220					
2.3	16.12.200	CDHU	Cumeeira em chapa de aço pré-pintada, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50mm	m	22					
2.4	22.02.030	CDHU	Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5mm, fixo	m²	180					
Subtotal (B).....										
3 Alvenaria e acabamentos - Reparação de paredes										
3.1	14.05.060	CDHU	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural de 19 cm	m²	16					
3.2	17.02.060	CDHU	Chapisco fino peneirado	m²	32					
3.3	17.02.220	CDHU	Reboco	m²	32					
Subtotal (C).....										
4 Pintura da edificação										
4.1	33.10.030	CDHU	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo	m²	32					
4.2	33.02.060	CDHU	Massa corrida a base de PVA	m²	32					
Subtotal (D).....										
5 Instalações Elétricas										
5.1	41.31.040	CDHU	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	unid	21					
5.2	39.02.030	CDHU	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	65,01					
5.3	39.02.016	CDHU	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	170					
5.4	38.21.920	CDHU	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios	m	21					
Subtotal (E).....										
6 Limpeza geral e teste final										
6.1	05.07.050	CDHU	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m³	12,1					
6.2	55.01.020	CDHU	Limpeza final da obra	m²	15,79					
Subtotal (F).....										
TOTAL GERAL (M) - SEM INCLUSÃO DO BDI (A+B+C+D+E+F).....										
TOTAL GERAL, COM INCLUSÃO DO BDI (M = 23%).....										

Planilha: CDHU versão 200

Data Base: Nov/25

São Paulo,

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF
nº _____, na condição de representante legal de
_____ (nome empresarial ou denominação),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº
____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das
condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia
no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as
informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o
estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações
nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer
prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência
de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da
licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - (IMR)

CONTRATO N°						Logo e/ou Informações da Empresa		
PROCESSO N°								
VALOR TOTAL DO SERVIÇO CONTRATADO CONFORME ORÇAMENTO:								
TIPO DE CONTRATAÇÃO:								
OBJETO:								
NOME DA EMPRESA:								
CNPJ.: I.E.:								
ENDEREÇO:								
E-MAIL:						MEDIÇÃO - 01 /01		
TELEFONE: CEL:						PERÍODO: __ / __ /202_ À __ / __ /202_		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MATERIAL	TOTAL GERAL	QTDE EXECUTADO	VALOR	VALOR A PAGAR
1						0		R\$ -
2						0		R\$ -
3						0		R\$ -
4						0		R\$ -
5						0		R\$ -
6						0		R\$ -
7						0		R\$ -
8						0		R\$ -
9						0		R\$ -
Total					R\$	-		R\$ -

1. Tabela modelo para medição dos resultados ao término de cada período e/ou encerramento do objeto contratado quando for o caso;

2. Caso este modelo não seja suficiente para o claro entendimento dos resultados, poderá ser ajustado previamente em reunião com a contratada, qualquer adaptação que julgue estritamente necessária.

ANOTAÇÕES

EXECUTADO	NÃO EXECUTADO	RETIDO
R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL EXECUTADO		R\$ -
TOTAL NÃO EXECUTADO		R\$ 0,00
VALOR DO CONTRATO		R\$ 0,00
TOTAL A PAGAR		R\$ 0,00

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-5

Termo de Referência 61/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2026	180189-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-5	SILAS CALDAS DE MORAES MACEDO	19/05/2026 10:30 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		057.00120541/2026-27

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de manutenção predial de 1º escalão, por empresa especializada, para execução no prédio do 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (16º BPM/M), que abriga a Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina e a Seção de Pessoal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	CATBEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Obras civis – pequenas obras / pintura em geral	1627	13445	UNIDADE	1	R\$ 99.996,48	R\$ 99.996,48

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Início de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000106/2026

II - Data de publicação no PNCP: 24/06/2025

III - Id do item no PCA: 1406

IV - Classe/Grupo: 542

V - Identificador da Futura Contratação: 180189-72/2026

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A execução dos serviços deverá observar práticas que promovam o uso racional de materiais, minimizando perdas, retrabalho e desperdícios, com organização do canteiro e proteção dos ambientes internos.

4.1.2. Os materiais empregados deverão possuir durabilidade compatível com a finalidade da intervenção, evitando substituições prematuras e consumo excessivo de insumos ao longo do tempo.

4.1.3. Os componentes elétricos eventualmente substituídos deverão atender às especificações técnicas e normas aplicáveis, visando segurança e confiabilidade, vedado o emprego de materiais de procedência duvidosa ou incompatíveis.

4.1.4. Os resíduos provenientes da execução dos serviços deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente, sendo vedado o descarte irregular nas dependências da Unidade ou em áreas públicas.

4.1.5. A contratada deverá adotar medidas para minimizar impactos ambientais indiretos decorrentes da execução, inclusive quanto ao transporte de materiais e à organização do local de trabalho, mantendo o ambiente limpo, seguro e livre de contaminação do solo ou das áreas adjacentes.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 (nove) horas às 17 (dezesete) horas.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.1. A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Administração, dentro do prazo fixado no instrumento convocatório, sendo realizada em dias úteis e em horário compatível com o expediente da Unidade, mediante acompanhamento de servidor designado.

4.5.2. Durante a vistoria, o interessado poderá examinar as condições do telhado (incluindo telhas e elementos de fixação /vedação), do forro, das estruturas de apoio da cobertura (especialmente terças) e dos trechos da instalação elétrica a serem adequados, bem como acessos e demais elementos que possam influenciar na execução dos serviços, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições locais como fundamento para descumprimento contratual ou pleito de reequilíbrio decorrente de situações ordinárias e previsíveis.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 05 (cinco) dias úteis a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. A execução compreenderá, de forma integrada e contínua, as seguintes etapas e rotinas técnicas:

- a) Mobilização inicial e organização do local de trabalho, com medidas de proteção das áreas internas e circulação;
- b) Implantação de meios de acesso seguro para trabalhos em altura (quando necessário), observadas as normas de segurança aplicáveis;
- c) Remoções técnicas localizadas de telhas e elementos de fixação/vedação que apresentem deterioração, irregularidade ou comprometimento funcional;
- d) Substituição de todas as telhas danificadas ou que apresentem qualquer irregularidade, com recomposição de elementos de fixação e vedação necessários à estanqueidade;
- e) Verificação das estruturas de apoio da cobertura, especialmente as terças, com previsão de substituição das peças que se mostrarem comprometidas, inadequadas ou com perda de capacidade de suporte, conforme avaliação técnica durante a execução;
- f) Recomposição e manutenção de forros afetados por infiltração ou deterioração, incluindo ajustes e acabamentos necessários;

g) Adequações em parte da instalação elétrica, em especial as luminárias, com substituição/regularização de componentes e trechos comprometidos, conforme escopo definido e normas aplicáveis;

h) Limpeza final, remoção de resíduos e verificação de conformidade dos serviços executados, incluindo testes funcionais pertinentes, quando aplicável.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

a) Etapa 1 – Mobilização e preparações: até 5 (cinco) dias após emissão da OS;

b) Etapa 2 – Intervenções na cobertura (telhas e vedações) e verificação de terças: até 20 (vinte) dias após conclusão da etapa anterior;

c) Etapa 3 – Recomposição de forro e acabamentos: até 15 (quinze) dias após conclusão da etapa anterior;

d) Etapa 4 – Adequações elétricas e verificações finais: até 10 (dez) dias após conclusão da etapa anterior.

5.1.4. O prazo total estimado para execução é de até 50 (cinquenta) dias corridos, podendo ser ajustado conforme complexidade verificada, mediante justificativa técnica e anuência da fiscalização.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados nas dependências do 16º BPM/M, no endereço constante no instrumento convocatório.

5.2.2. Os serviços deverão ser executados em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00 e 18h00, podendo haver ajuste prévio de horário com a fiscalização para atividades que interfiram na rotina administrativa.

5.2.3. Na hipótese de necessidade técnica devidamente justificada para execução de serviços aos finais de semana ou fora do horário ordinário, a Contratada deverá comunicar previamente à fiscalização do contrato, com antecedência mínima a ser ajustada entre as partes, para análise e deliberação do gestor contratual, não sendo admitida a realização de tais atividades sem autorização expressa da Administração.

5.3. Materiais a serem disponibilizados:

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, incluindo, mas não se limitando a:

5.3.1.1. Materiais e componentes para cobertura (telhas conforme planilha orçamentária na cor a ser definida em reunião técnica, elementos de fixação e vedação, cumeeiras/acessórios quando aplicável).

5.3.1.2. Elementos estruturais de apoio (terças e componentes correlatos), quando necessária substituição, conforme verificação técnica durante a execução.

5.3.1.3. Materiais de recomposição de forro e acabamentos, componentes elétricos e equipamentos de segurança, promovendo substituição imediata em caso de defeito ou inadequação.

5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1.1. Edificação administrativa com cobertura que apresenta telhas danificadas e/ou irregulares, com ocorrência de infiltrações.

5.4.1.2. Necessidade de verificação das estruturas de apoio da cobertura (especialmente terças), com previsão de substituição quando necessária.

5.4.1.3. Necessidade de recomposição de forro em áreas afetadas e adequações em trechos da instalação elétrica, com execução integrada e fornecimento integral de materiais sob responsabilidade técnica.

5.5. Especificação da garantia do serviço:

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção, mediante aferição do cumprimento das etapas previstas no cronograma físico e da conformidade técnica dos serviços executados, conforme especificações deste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A medição dos serviços será realizada por etapa concluída, mediante verificação in loco pela fiscalização técnica, com emissão de relatório circunstanciado atestando:

a) a execução integral da etapa correspondente;

b) a conformidade dos materiais aplicados;

c) a observância das normas técnicas pertinentes;

d) a realização de verificações finais pertinentes, quando aplicável.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Cumprimento do cronograma físico aprovado, admitidas justificativas técnicas formalmente aceitas pela Administração;

7.3.2. Conformidade qualitativa dos serviços executados, inclusive quanto à estanqueidade da cobertura, recomposição de forro e adequações elétricas;

7.3.3. Conclusão satisfatória das verificações finais de funcionamento/segurança, quando aplicável;

7.3.4. Entrega do objeto limpo, funcional e sem pendências técnicas.

7.4. O pagamento será efetuado após a aprovação da medição correspondente e o ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato, observadas as condições de regularidade fiscal e trabalhista do Contratado.

7.5. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão dos serviços e verificação preliminar pela fiscalização, e o recebimento definitivo será formalizado após a confirmação da adequação técnica do objeto, inclusive quanto à inexistência de vícios aparentes.

Do recebimento

7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, e observado o disposto no § 5º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, o Contratado apresentará medição dos serviços executados no período, por meio de planilha detalhada, acompanhada de memória de cálculo, relatório fotográfico e demais documentos comprobatórios da execução.

7.6.1. Quando o regime de execução e a natureza dos serviços permitirem, a medição poderá ser realizada mensalmente, ainda que a etapa não esteja integralmente concluída, desde que haja frentes de serviço autônomas e tecnicamente mensuráveis, devidamente atestadas pela fiscalização.

7.6.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela fase, no Cronograma Físico-Financeiro aprovado, estiverem executados em sua totalidade e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.6.3. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.6.4. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.6.5. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão da etapa ou do objeto, mediante termo circunstanciado emitido pela fiscalização, no qual constará a verificação preliminar da conformidade dos serviços executados.

7.6.6. O recebimento definitivo será formalizado após o decurso do prazo de observação ou após a verificação da adequação técnica do objeto, inclusive quanto à estanqueidade da cobertura e à segurança/funcionamento dos trechos elétricos adequados, quando aplicável, não eximindo o Contratado das responsabilidades legais e contratuais.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro aprovado e, quando compatível com o regime de execução, a periodicidade mensal, nos termos do § 5º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.9. *O recebimento provisório ficará sujeito à conclusão satisfatória das verificações finais pertinentes ao objeto, inclusive estanqueidade da cobertura e segurança/funcionamento dos trechos elétricos adequados, quando aplicável, bem como à entrega da documentação técnica exigível, quando aplicável.*

7.7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.13. O Contratante exigirá do Contratado, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto referente à última e/ou única medição, a seguinte documentação:

- a) Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), quando exigível, devidamente quitada;
- b) Relatório técnico final contendo a descrição dos serviços executados, especificação dos materiais empregados e registro fotográfico das etapas relevantes;
- c) Comprovação da realização satisfatória das verificações finais pertinentes ao objeto, quando aplicável;
- d) Garantia formal dos serviços executados e dos materiais aplicados, nos termos previstos no contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.23. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

8.23.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.24. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

a) Para o Engenheiro Civil: demonstração de execução, sob sua responsabilidade, de serviços de manutenção e/ou reparação em edificações, incluindo reparo e substituição de cobertura (telhamento), com remoção e troca de telhas danificadas, revisão e reforço da estrutura de sustentação e demais ajustes necessários para garantir a integridade e a estanqueidade da cobertura; assentamento de revestimento em porcelanato, abrangendo a regularização da base, aplicação de argamassa colante, rejuntamento e acabamento final, garantindo alinhamento e nivelamento adequados; e instalação e manutenção de forro de gesso, envolvendo a montagem de estrutura metálica, instalação de placas de gesso, nivelamento, tratamento de juntas, aplicação de acabamento e pintura.

8.24.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.24.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.25.1.1. Telhamento em chapa de aço com pintura poliéster, tipo sanduíche, com poliestireno expandido, quantidade mínima exigida 100 m²;

8.25.1.2. Forro em painéis de gesso acartonado, fixo, quantidade mínima exigida 85 m²;

8.25.1.3. Estrutura em terças para telhas 100 m²;

8.25.1.4. A exigência de apresentação de certidões ou atestados comprobatórios visa assegurar que a contratada possui experiência e competência comprovadas na execução de serviços de natureza e complexidade similares, a fim de reduzir riscos de falhas na execução e garantir que o serviço será entregue conforme os padrões exigidos. A comprovação da capacidade técnica ainda assegura que os recursos públicos serão aplicados em serviços executados de maneira eficiente e com a qualidade esperada.

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.26. Prova de atendimento aos requisitos técnico-profissional, previstos no art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 99.996,48

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 99.996,48 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. *No presente exercício, a contratação será atendida conforme disponibilidade da Diretoria de Finanças:*

I) Gestão/Unidade: Será definido em edital;

II) Fonte de Recursos: Será definido em edital;

III) Programa de Trabalho: Será definido em edital;

IV) Elemento de Despesa: Será definido em edital;

V) Plano Interno: Será definido em edital;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILAS CALDAS DE MORAES MACEDO

2º Sgt PM - Aux de Materiais



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 10:24:05.

MARCOS FERREIRA MARQUES

2º Ten PM - Ch Seq Materiais



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 10:30:56.

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-5

Estudo Técnico Preliminar 34/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00120541/2026-27

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a necessidade de realização de melhorias não estruturais e manutenção predial de 1º escalão no prédio do 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (16º BPM/M), que abriga a Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina e a Seção de Pessoal, com vistas a assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade e conservação do imóvel, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a preservação do patrimônio público.

2.2. A demanda decorre da constatação de problemas, com destaque para a cobertura, onde se verificou a existência de telhas danificadas e/ou com irregularidades, ocasionando infiltrações e prejuízos a elementos internos; bem como para a necessidade de manutenção do forro e de adequações em parte da instalação elétrica, visando corrigir falhas, mitigar riscos e restabelecer condições satisfatórias de uso.

2.3. As ocorrências mencionadas vêm ocasionando recorrência de infiltrações, deterioração progressiva de elementos internos e aumento do risco de danos a instalações e componentes prediais, além de potenciais impactos operacionais e administrativos decorrentes da necessidade de interrupções pontuais para contenção de problemas, com possível elevação de custos de recuperação caso a intervenção seja postergada.

2.4. As atividades desempenhadas nas Seções instaladas no imóvel demandam ambiente funcional, seguro e minimamente adequado para atendimento interno, tramitação administrativa e manutenção da rotina institucional, sendo a conservação predial condição indispensável à eficiência administrativa.

2.5. A ausência de manutenção adequada da cobertura, do forro e da instalação elétrica pode resultar em agravamento das infiltrações, comprometimento de revestimentos e componentes internos, surgimento de condições insalubres (umidade e mofo), além de incremento de riscos operacionais e de segurança relacionados a falhas elétricas, com desperdício de recurso público e potencial comprometimento das condições de funcionamento das Seções.

2.6. O presente estudo restringe-se, portanto, à identificação da necessidade de intervenção técnica no prédio do 16º BPM/M, voltada à manutenção da cobertura (com substituição de telhas danificadas ou irregulares), verificação das estruturas de apoio, especialmente das terças, com previsão de substituição se necessária, recomposição de forro e adequações em trechos da instalação elétrica, considerando as condições atuais do imóvel e os impactos administrativos e financeiros decorrentes da deterioração identificada, a fim de subsidiar a definição da solução técnica mais adequada nas etapas subsequentes do planejamento da contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de logística do 16ºBPM/M P/4.	2º Ten PM Marcos Ferreira Marques

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O presente Estudo Técnico deverá ser analisado em sua integralidade, considerando-se que os requisitos técnicos, estruturais, operacionais e administrativos eventualmente indicados em quaisquer de suas partes integram um conjunto único e coerente de medidas voltadas à adequada manutenção da cobertura, do forro e de trechos da instalação elétrica do prédio do 16º BPM/M, assegurando condições de segurança, funcionalidade e conservação do imóvel.

4.2. A análise contemplará o exame das condições da cobertura, incluindo a identificação e substituição de telhas danificadas ou com irregularidades, a verificação das estruturas de apoio, especialmente das terças, a avaliação do estado do forro e dos impactos decorrentes de infiltrações, bem como a verificação da instalação elétrica em trechos definidos, com foco em segurança e funcionamento, além da conformidade com normas técnicas aplicáveis, de modo a identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

4.3. Eventuais patologias construtivas, limitações, riscos à integridade da edificação, inconsistências técnicas ou restrições orçamentárias identificadas no curso da análise deverão ser formalmente registradas e comunicadas à UGE CPA/M-5, a fim de possibilitar a adoção das providências cabíveis, com observância dos princípios da motivação, do planejamento, da eficiência e da segurança jurídica.

4.4. As conclusões e recomendações decorrentes deste Estudo Técnico deverão considerar a necessidade de recomposição da estanqueidade da cobertura mediante substituição das telhas danificadas ou irregulares, eventual substituição de terças comprometidas quando tecnicamente necessário, correção de pontos de infiltração, recomposição do forro afetado e adequações de trechos da instalação elétrica, garantindo compatibilidade com a infraestrutura existente e mitigação de riscos relacionados à deterioração do imóvel e a possíveis impactos operacionais.

4.5. A definição dos requisitos técnicos deverá abranger, quando aplicável, especificações mínimas de desempenho dos materiais empregados (telhas, elementos de fixação e vedação, terças quando cabível, materiais de forro e componentes elétricos), critérios de durabilidade e resistência, observância às normas técnicas vigentes (especialmente aquelas relacionadas a coberturas, instalações elétricas prediais e segurança), bem como garantia mínima dos serviços executados e condições de responsabilidade técnica.

4.6. As soluções avaliadas deverão observar a legislação pertinente às contratações públicas, especialmente a Lei nº 14.133/2021, os decretos estaduais que a regulamentam no âmbito do Estado de São Paulo, bem como os normativos internos da Polícia Militar do Estado de São Paulo aplicáveis à gestão patrimonial e à conservação de imóveis, considerando-se ainda as diretrizes relacionadas à economicidade, à eficiência administrativa e à adequada aplicação dos recursos públicos.

4.7. A implementação da solução escolhida ficará condicionada à decisão da autoridade competente, à disponibilidade orçamentária e à definição clara das responsabilidades quanto à execução, fiscalização e manutenção futura dos elementos objeto da intervenção (cobertura, forro e instalação elétrica), de modo a assegurar a continuidade das atividades administrativas e a preservação do patrimônio público.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O presente Estudo Técnico Preliminar analisou as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de melhorias não estruturais e manutenção predial de 1º escalão no prédio do 16º BPM/M, envolvendo cobertura (substituição de telhas danificadas ou irregulares e eventual substituição de terças quando necessária), recomposição de forro e adequações em trechos da instalação elétrica, à luz dos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, segregação de funções e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e financeiro.

5.2. Execução com efetivo próprio, mediante aquisição de materiais e ferramentas:

5.2.1. A primeira alternativa considerada consiste na execução dos serviços pelo efetivo próprio da Unidade, mediante aquisição de telhas, materiais de vedação e fixação, eventuais elementos de apoio (inclusive terças, se necessário), materiais de forro, componentes elétricos e ferramentas específicas, além de eventual capacitação técnica dos militares designados.

5.2.2. Vantagens identificadas:

- a) maior autonomia para intervenções simples e pontuais;
- b) possibilidade de execução gradual conforme disponibilidade interna;
- c) eventual redução pontual de custos diretos de mão de obra em atividades superficiais.

5.2.3. Desvantagens identificadas:

- a) inexistência de equipe técnica especializada em manutenção de cobertura e em adequações elétricas prediais;
- b) ausência de capacitação técnica específica para diagnóstico adequado das causas de infiltração e avaliação de elementos de apoio (terças);
- c) inexistência de equipamentos e condições adequadas para execução segura dos serviços em altura;
- d) risco de execução inadequada, com recorrência de infiltrações e retrabalho;
- e) impossibilidade ou dificuldade de emissão de ART/RRT para responsabilização técnica, quando cabível;
- f) desvio de função do efetivo policial-militar, cuja atividade precípua é a atividade operacional de polícia ostensiva;
- g) inexistência de garantia formal dos serviços executados.

5.3. Aquisição de materiais pela Administração e contratação exclusiva de mão de obra

5.3.1. A segunda alternativa analisada refere-se à aquisição, pela Administração, de telhas, materiais de vedação e fixação, eventuais terças e componentes correlatos, materiais de forro e insumos elétricos necessários, com contratação exclusiva de mão de obra especializada para execução dos serviços.

5.3.2. Vantagens identificadas:

- a) maior controle direto sobre a aquisição dos materiais;
- b) possibilidade de pesquisa de preços individualizada;
- c) eventual economia pontual em determinados insumos.

5.3.3. Desvantagens identificadas:

- a) fragmentação de responsabilidades técnicas entre fornecimento de material e execução do serviço;
- b) aumento da carga administrativa para aquisição, armazenamento e controle dos insumos;
- c) risco de aquisição de materiais incompatíveis com as especificações técnicas da empresa executora ou com a solução construtiva existente;
- d) atraso na execução por indisponibilidade de componentes, inconsistências técnicas ou inadequação dos insumos adquiridos;
- e) dificuldade na apuração de responsabilidade técnica integral em caso de falhas futuras;

f) ausência de garantia unificada sobre o conjunto material + serviço;

g) maior exposição a questionamentos quanto à correta especificação técnica dos materiais.

5.4. Prestação de serviços de manutenção com fornecimento de materiais e insumos pela contratada

5.4.1. A terceira alternativa considerada consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção predial, abrangendo cobertura (com substituição das telhas danificadas ou irregulares e verificação das terças, com previsão de substituição quando necessária), recomposição de forro e adequações em trechos da instalação elétrica, com fornecimento integral dos materiais, insumos e componentes necessários à plena execução dos serviços.

5.4.2. Vantagens identificadas:

a) centralização da responsabilidade técnica em único contratado;

b) possibilidade de emissão de ART/RRT e responsabilização profissional formal, quando cabível;

c) maior celeridade na execução das intervenções;

d) fornecimento de materiais compatíveis com a técnica e com a solução construtiva existente;

e) padronização dos procedimentos executivos;

f) garantia integrada sobre materiais e serviços;

g) redução da carga administrativa interna;

h) mitigação de riscos associados a infiltrações recorrentes e falhas em instalações;

i) maior previsibilidade orçamentária;

j) melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, considerando durabilidade e redução de retrabalho.

5.4.3. Desvantagem identificada:

a) necessidade de fiscalização técnica adequada quanto à qualidade dos materiais empregados, correta execução dos serviços e formação de preços.

5.5. Conclusão

5.5.1. Após análise comparativa das alternativas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços com fornecimento integral dos materiais e insumos necessários mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração.

5.5.2. A solução indicada concilia eficiência operacional, responsabilização técnica formal, racionalização de procedimentos administrativos e mitigação de riscos associados a infiltrações e deterioração predial, assegurando maior segurança na execução e maior durabilidade da intervenção.

5.5.3. A contratação deverá observar definição clara do escopo, especificações técnicas mínimas dos materiais e métodos executivos, critérios objetivos de medição e pagamento, exigência de responsabilidade técnica, prazos adequados de garantia e mecanismos eficazes de fiscalização, a fim de assegurar a adequada manutenção do imóvel e a preservação do patrimônio público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Com o objetivo de assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade e conservação no prédio do 16º BPM/M, a solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de

manutenção predial de 1º escalão, abrangendo cobertura, forro e adequações em trechos da instalação elétrica, com fornecimento integral dos materiais, insumos e componentes necessários à plena execução dos serviços, garantindo estanqueidade da cobertura, segurança das instalações e preservação do patrimônio público.

6.2. A solução compreende a realização de intervenções destinadas à recomposição da estanqueidade do telhado, incluindo a substituição das telhas danificadas ou irregulares, a recomposição de elementos de fixação e vedação, a verificação das estruturas de apoio, especialmente das terças, com previsão de substituição quando tecnicamente necessária, manutenção e recomposição de forros afetados por infiltração e adequações em parte da instalação elétrica, bem como demais ajustes técnicos indispensáveis à plena funcionalidade do imóvel.

6.3. A contratação deverá contemplar o fornecimento integral de telhas, elementos de fixação e vedação, terças quando necessário, materiais de forro e componentes elétricos correlatos, de modo a evitar paralisações prolongadas, reduzir a fragmentação de responsabilidades e assegurar que a empresa contratada responda tecnicamente tanto pela execução dos serviços quanto pelos materiais empregados.

6.4. Na hipótese de, após a assinatura do contrato e o início da execução, serem identificados vícios ocultos, anomalias não aparentes ou condições técnicas previamente não detectáveis que demandem adequações no escopo inicialmente previsto, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração e apresentar relatório técnico circunstanciado contendo diagnóstico das anomalias constatadas, fundamentação técnica e, quando cabível, proposta de solução tecnicamente adequada, para análise e deliberação da Administração, com observância das disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas a alterações contratuais.

6.5. A solução adotada busca garantir maior eficiência operacional, mitigação de riscos associados a infiltrações e deterioração predial, previsibilidade de custos, racionalização dos trâmites administrativos internos e melhoria das condições de trabalho, evitando a evolução de danos e o aumento indevido de despesas públicas decorrentes do agravamento das patologias identificadas.

6.6. A execução contratual deverá observar critérios objetivos de medição e pagamento, prazos adequados para atendimento, definição clara do escopo dos serviços, especificações técnicas mínimas dos materiais a serem empregados, exigência de responsabilidade técnica (com emissão de ART ou RRT, quando cabível) e mecanismos adequados de fiscalização por parte da Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, os decretos estaduais aplicáveis e os normativos internos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

6.7. Considerando tratar-se de serviço comum de engenharia de manutenção predial, não se vislumbra, em regra, a obrigatoriedade de exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da previsão de garantia mínima dos serviços executados e dos materiais aplicados, bem como da responsabilidade técnica da contratada por eventuais vícios ou defeitos constatados após a execução, conforme vier a ser disciplinado no instrumento convocatório e no contrato administrativo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para fins de dimensionamento da contratação, será realizado levantamento técnico detalhado no prédio do 16º BPM/M, contemplando as condições da cobertura (incluindo tipologia de telhas, extensão e pontos críticos), o estado do forro, a avaliação das estruturas de apoio da cobertura, especialmente das terças, e a identificação de trechos da instalação elétrica que demandem revisão e adequação.

7.2. O levantamento técnico deverá identificar, no mínimo:

- a) Área aproximada da cobertura e pontos críticos de infiltração;
- b) Quantitativo estimado de telhas danificadas ou irregulares a serem substituídas;
- c) Condições das estruturas de apoio da cobertura, especialmente das terças, e necessidade de substituição quando aplicável;

- d) Estado de conservação do forro e áreas afetadas por umidade;
- e) Trechos e pontos da instalação elétrica que demandem adequação ou substituição de componentes.

7.3. Os serviços a serem contemplados na contratação poderão abranger, conforme diagnóstico técnico:

- a) Substituição das telhas danificadas ou irregulares e recomposição de elementos de vedação/fixação;
- b) Substituição de terças comprometidas, quando tecnicamente necessária;
- c) Correção de pontos de infiltração e ajustes de estanqueidade;
- d) Recomposição e manutenção do forro em áreas afetadas;
- e) Revisão e adequação de trechos da instalação elétrica;
- f) Testes e verificações funcionais ao término dos serviços, quando aplicável.

7.4. A contratação deverá contemplar solução integral e coerente, evitando intervenções fragmentadas que comprometam a estanqueidade da cobertura, a durabilidade do reparo e a segurança das instalações, assegurando condições adequadas de funcionamento do imóvel.

7.5. A execução deverá observar metodologia técnica compatível com o tipo de cobertura existente, incluindo inspeção prévia, substituição adequada de telhas e componentes, verificação das terças, recomposição correta de vedação e fixação, bem como execução segura das intervenções, especialmente em serviços em altura.

7.6. Em caso de identificação de agravamento de infiltrações ou risco de comprometimento de elementos da cobertura durante a execução, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração, adotando medidas técnicas necessárias para evitar danos adicionais ao imóvel.

7.7. Caso o diagnóstico técnico conclua pela inviabilidade de manutenção pontual em determinados trechos ou pela necessidade de solução alternativa, tal circunstância deverá ser formalmente registrada em relatório fundamentado, a ser submetido à análise da Administração.

7.8. Os quantitativos e especificações definitivas serão consolidados após conclusão do levantamento técnico detalhado, servindo o presente item como estrutura base para formalização no Termo de Referência, em observância aos princípios do planejamento, da precisão do objeto e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 99.996,48

8.1. Metodologia de Estimativa

8.1.1. Para fins de avaliação da viabilidade econômica da solução selecionada, foram adotadas premissas técnicas baseadas nas condições aparentes do imóvel, especialmente quanto à cobertura, forro e trechos da instalação elétrica, considerando a necessidade de recomposição da estanqueidade do telhado por substituição de telhas danificadas ou irregulares e eventual substituição de terças quando necessária, além das adequações correlatas.

8.1.2. A estimativa preliminar de custos observará, como referência, os seguintes parâmetros técnicos:

- a) Área aproximada da cobertura passível de intervenção (m²);
- b) Quantitativo estimado de telhas a serem substituídas (unidades);
- c) Necessidade estimada de substituição pontual de terças e demais elementos de apoio (unidades/metros lineares, quando aplicável);

d) Área estimada de forro a recompor (m²);

e) Quantidade estimada de pontos/trechos de intervenção elétrica (unidades/metros lineares, quando aplicável);

f) Necessidade de ajustes de vedação e fixação e verificações finais de estanqueidade/funcionamento.

8.1.3. Para fins ilustrativos e de análise preliminar, considerou-se cenário médio em que:

a) sejam substituídas as telhas danificadas ou com irregularidades, assegurando recomposição da vedação;

b) sejam realizados ajustes de fixação e vedação nos pontos necessários;

c) seja verificada a condição das terças, com substituição quando necessária;

d) sejam recompostos trechos de forro afetados por infiltração;

e) sejam executadas adequações pontuais em trechos da instalação elétrica;

f) sejam realizadas verificações finais de funcionamento e de estanqueidade, quando aplicável.

8.1.4. A formação do valor estimado da contratação deverá observar pesquisa de preços realizada conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021 e dos decretos estaduais aplicáveis, podendo utilizar como referência bases oficiais de custos de obras e serviços de engenharia, composições unitárias compatíveis com o objeto e orçamentos obtidos junto a empresas especializadas.

8.1.5. Os valores apurados terão caráter estimativo, destinando-se à análise da vantajosidade da solução e à adequada instrução do processo administrativo, sendo os quantitativos definitivos consolidados após levantamento técnico detalhado e posterior formalização no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente solução de contratação não comporta parcelamento, por se tratar de serviço de natureza integrada que envolve recomposição da estanqueidade da cobertura (substituição de telhas e eventual substituição de terças quando necessária), recomposição de forro e adequações correlatas em trechos da instalação elétrica, com fornecimento dos materiais e insumos necessários à plena execução dos serviços.

9.2. O eventual fracionamento da contratação, com separação entre fornecimento de materiais, execução da cobertura, recomposição de forro e intervenções elétricas, comprometeria a eficiência técnica da solução, ampliaria a complexidade administrativa, fragmentaria a responsabilidade e poderia gerar conflitos quanto à garantia e ao desempenho final do conjunto de serviços.

9.3. A contratação unificada assegura centralização da responsabilidade contratual, padronização da metodologia executiva, melhor coordenação entre as etapas de substituição de telhas, verificação/substituição de terças, recomposição de vedação e fixação, recomposição de forro e adequações elétricas, além de maior controle da execução e mitigação de riscos de retrabalho.

9.4. Sob o aspecto da economicidade, a solução integrada tende a proporcionar melhor relação custo-benefício, uma vez que a empresa contratada assume integralmente a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários, evitando contratações paralelas, sobreposição de custos administrativos, incompatibilidades técnicas e eventual aumento de despesas decorrente de múltiplas mobilizações de equipe.

9.5. Assim, conclui-se que a adoção de solução única e indivisível mostra-se tecnicamente adequada, administrativamente mais eficiente e juridicamente compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, não se revelando recomendável o parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Verificou-se que a presente contratação, destinada à execução de serviços de manutenção predial no prédio do 16º BPM/M, com fornecimento dos materiais e insumos necessários, não possui caráter correlato ou interdependente com outras contratações em curso ou previstas no âmbito do CPA/M-5.

10.2. A solução proposta apresenta autonomia técnica e operacional, não dependendo da execução simultânea de outro contrato para sua viabilidade, tampouco condicionando a eficácia de futuras contratações administrativas, uma vez que o objeto restringe-se à manutenção e regularização funcional de estrutura já existente.

10.3. Eventuais serviços prediais que venham a ser realizados em outras áreas do Comando não configuram interdependência contratual, tratando-se de intervenções distintas, com escopo próprio, que podem coexistir sem comprometer a execução desta manutenção.

10.4. Assim, não se identificam fatores que exijam integração contratual, coordenação especial ou planejamento conjunto com outros ajustes administrativos, sendo a contratação plenamente autônoma sob os aspectos técnico, jurídico e orçamentário, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação destinada à execução de serviços de manutenção predial no prédio do 16º BPM/M, com fornecimento dos materiais e insumos necessários, encontra-se alinhada ao planejamento institucional do CPA/M-5, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente, em conformidade com as diretrizes de governança e planejamento estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

11.2. A definição da solução decorre das análises técnicas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, que identificaram a necessidade de recomposição da estanqueidade da cobertura, mitigação de infiltrações, preservação do forro e adequação de trechos da instalação elétrica, com vistas à conservação do patrimônio público e à manutenção das condições adequadas de funcionamento das Seções instaladas no imóvel.

11.3. O planejamento da contratação busca garantir previsibilidade orçamentária, racionalização de custos operacionais, mitigação de riscos e prevenção de intervenções emergenciais de maior complexidade e custo, evitando agravamento de patologias e interrupções indevidas nas atividades administrativas.

11.4. O alinhamento da contratação com o planejamento anual reforça o cumprimento dos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da prevenção e da continuidade do serviço público, assegurando que a solução proposta seja executada de forma organizada, estruturada e compatível com as prioridades institucionais do CPA/M-5, além de contribuir para a adequada conservação do patrimônio público sob sua responsabilidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação da solução proposta proporcionará a recomposição da estanqueidade da cobertura, por meio da substituição das telhas danificadas ou irregulares e, quando necessário, substituição de terças comprometidas, reduzindo infiltrações e preservando a integridade dos ambientes internos.

12.2. Espera-se a redução de danos recorrentes em forros, revestimentos e componentes internos, contribuindo para maior previsibilidade de gastos e melhor gestão dos custos de manutenção predial.

12.3. A intervenção técnica especializada, com emissão de responsabilidade técnica (ART ou RRT, quando cabível), contribuirá para maior segurança na execução e rastreabilidade de responsabilidades, mitigando riscos de retrabalho e falhas.

12.4. A recomposição de forros afetados por infiltrações contribuirá para melhoria das condições de salubridade e de uso dos ambientes administrativos, reduzindo riscos associados à umidade e mofo.

12.5. A centralização da responsabilidade pela execução dos serviços e fornecimento dos materiais em empresa especializada proporcionará maior eficiência, melhor controle da qualidade técnica dos insumos empregados e garantia integrada dos serviços realizados.

12.6. A solução adotada permitirá a diminuição da necessidade de intervenções emergenciais futuras, reduzindo a probabilidade de interrupções inesperadas e evitando impactos negativos nas atividades administrativas desenvolvidas no imóvel.

12.7. Sob o aspecto da governança pública, a contratação alinha-se aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da preservação do patrimônio público, previstos na Lei nº 14.133/2021, fortalecendo a gestão preventiva da infraestrutura predial sob responsabilidade do CPA/M-5.

12.8. De forma indireta, a solução contribuirá para a melhoria das condições de trabalho e da imagem institucional, ao assegurar infraestrutura adequada, funcional e compatível com padrões mínimos de conservação e segurança.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Após a conclusão do presente Estudo Técnico Preliminar, deverá ser formalizada a consolidação das informações técnicas levantadas, incluindo diagnóstico das condições da cobertura, avaliação das telhas e das terças, identificação de áreas do forro afetadas e definição dos trechos da instalação elétrica que demandem adequação, bem como estimativa preliminar de quantitativos e definição da solução técnica adotada.

13.2. Na sequência, deverá ser elaborado o Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto, definição do regime de execução, critérios de medição e pagamento, requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira, critérios de aceitabilidade de preços, exigência de responsabilidade técnica, garantia dos serviços e demais condições contratuais necessárias.

13.3. Deverá ser realizada pesquisa de preços conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021 e dos decretos estaduais aplicáveis, utilizando-se bases oficiais de custos de obras e serviços de engenharia, composições unitárias compatíveis com o objeto, contratações similares e/ou orçamentos obtidos junto a empresas especializadas, com a devida justificativa metodológica nos autos.

13.4. Deverá ser verificada a previsão da despesa no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente, promovendo-se, se necessário, a atualização ou adequação do planejamento institucional.

13.6. Deverá ser elaborado mapa de riscos da contratação, contemplando a identificação, análise e tratamento dos riscos técnicos, operacionais, financeiros e jurídicos nas fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, incluindo a ocorrência de eventos supervenientes, vícios ocultos, agravamento de patologias e impactos orçamentários, com a definição das respectivas medidas preventivas, mitigatórias e responsabilidades.

13.7. Após a consolidação da documentação técnica e administrativa, o processo deverá ser instruído com os seguintes elementos mínimos:

I) Documento de formalização de Demanda;

II) Estudo Técnico Preliminar;

III) Pesquisa de Preços;

IV) Termo de Referência;

13.8. Após conferência interna, os autos deverão ser encaminhados à UGE do CPA/M-5 para:

- a) verificação de disponibilidade orçamentária, considerando que os recursos destinados ao objeto advêm de verba parlamentar;
- b) emissão da respectiva reserva de recursos;
- c) autorização para deflagração do procedimento licitatório;
- d) adoção das providências necessárias à publicação do edital e condução do certame.

13.10. Durante a tramitação junto à UGE, eventuais ajustes técnicos ou complementações documentais solicitadas deverão ser prontamente atendidos pela Seção de Logística, garantindo celeridade e regularidade processual.

13.11. Após autorização da autoridade competente e conclusão do procedimento licitatório, caberá à UGE promover a formalização do contrato administrativo, observando-se a designação formal de gestor e fiscais, bem como a publicação do extrato contratual.

13.12. Encerrada a fase de contratação, deverá ser formalizado o início da execução mediante emissão de Ordem de Serviço, com acompanhamento sistemático da fiscalização técnica e administrativa até o recebimento definitivo do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se como intervenção de manutenção predial em estrutura já existente, não envolvendo ampliação de área construída, supressão vegetal, alteração de uso do solo ou modificação significativa do ambiente físico.

14.2. Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados de pequena magnitude, restritos à geração pontual de resíduos da construção civil provenientes da substituição de telhas, eventual substituição de elementos de apoio (quando cabível), recomposição de forro, remoções localizadas, sobras de materiais e embalagens.

14.3. Tais resíduos serão de volume reduzido e deverão receber destinação ambientalmente adequada, conforme a legislação vigente, não se prevendo geração de passivos ambientais relevantes.

14.4. Os materiais empregados na manutenção e recomposição serão utilizados de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes, não havendo previsão de uso de substâncias de elevado potencial poluidor ou que demandem licenciamento ambiental específico.

14.5. A intervenção na cobertura tem como finalidade, inclusive, reduzir a recorrência de infiltrações e seus efeitos indiretos, contribuindo para a preservação do imóvel e para a racionalização de gastos públicos com manutenção corretiva repetitiva.

14.6. Considerando a natureza e o porte da contratação, não se identificam impactos ambientais significativos nem necessidade de licenciamento ambiental específico, tratando-se de manutenção corretiva e preventiva de caráter localizado.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Com isso, após conduzir este Estudo Técnico Preliminar, visando à melhoria contínua no que concerne à conservação do patrimônio e das instalações, concluo que o melhor caminho para solução desta problemática, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e reparação, pois os imóveis sob responsabilidade da Instituição, conforme preceitua as Instruções para Administração de Bens Imóveis da Polícia Militar (I-38-PM), são os próprios do Estado (incorporados ao patrimônio público por compra, adjudicação, desapropriação, permuta ou doação, sob a administração da Secretaria da Segurança Pública, e destinada à Polícia Militar do Estado de São Paulo, ocupados ou não, incluídos aqueles em processo de aquisição); os cedidos (a título de cessão de uso, permissão de uso, comodato ou outra forma de alienação); os locados; e aqueles que se tem simplesmente a posse, demandando, neste caso, providências de regularização da ocupação;

15.1.2. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mencionada, ou seja, empresa contratada para fornecimento de material e mão de obra especializada com dedicação exclusiva, para os referidos serviços em tela descritos, mostra-se possível e tecnicamente necessária, bem como, diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida para o presente objeto.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILAS CALDAS DE MORAES MACEDO

2º Sgt PM - Aux Seq de materiais.



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 13:04:32.

MARCOS FERREIRA MARQUES

2º Ten PM - Ch Seq de materiais.



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 17:28:19.